

O caminho das pedras: organização e sobrevivência de carregadores de mercadorias em Uberlândia (MG)

*Luzia Márcia Resende Silva**

Resumo

Neste artigo, pretendo explicar como carregadores de mercadorias na cidade de Uberlândia (MG) se organizam para pleitear trabalho através de "Pontos/Pedras de rua" com o fito de pensar como estes trabalhadores ocupam espaços na cidade e fazem dela seu território. Pretendo também, ao retomar o sentido social e histórico desta forma de organização da atividade, dialogar com as explicações simplistas que apenas classificam a carga e descarga de mercadorias como trabalho "informal e realizado por mão-de-obra desqualificada".

Palavras-chave: cidade, trabalho, carregadores de mercadorias, Pontos/Pedras de rua.

Este texto é um fragmento de reflexão desenvolvida em uma pesquisa que realizei a respeito da categoria dos “Carregadores de Mercadorias na cidade de Uberlândia (MG)/1970-2000”. A carga e descarga de mercadorias em áreas terrestres é uma atividade que, apesar da importância e antiguidade, tem sido alvo de pouco interesse acadêmico, talvez exatamente porque não se pense que sua historicidade e as práticas que envolve mereçam serem pesquisadas, porque esta é uma atividade já de antemão classificada como “informal, desqualificada” realizada por “trabalhadores braçais” e nisto talvez se resuma toda a compreensão que seja necessária. Em minha pesquisa para tese de doutoramento em História Social pela PUC/SP, os carregadores de mercadorias da cidade de Uberlândia, suas lutas e memórias foram o alvo. Nela tentei dar visibilidade aos carregadores como sujeitos históricos, envolvidos no processo de constituição das relações, dos espaços sociais e geográficos da/cidade, ao longo do processo de busca de sobrevivência e de fazer dela seu território (ROLNIK, 1992). As reflexões desenvolvidas foram constituídas a partir da utilização da História Oral sendo importante substrato o modo como os carregadores entrevistados ao narrar explicam o funcionamento de seu trabalho, suas formas de organização, os saberes e as relações necessárias ao seu exercício, seu enraizamento na cidade. Neste processo se identificam com seu trabalho e demandam reconhecimento. A percepção de que esta é uma atividade muito importante para o funcionamento de nossas sociedades, e, no caso da cidade de Uberlândia (MG), de grande expressividade a partir dos anos 50, quando a cidade ganha espaço como centro de distribuição de produtos para as regiões Centro-Oeste e Norte do país, justificou o interesse inicial.

A expansão da malha rodoviária e a transferência da capital do Brasil para o Centro-Oeste são elementos que aumentaram a importância da cidade de Uberlândia como polo distribuidor de mercadorias e conseqüentemente aumentou a demanda por homens que atuassem no trabalho de carga e descarga. Sendo assim, a partir de então, este se torna um importante nicho de sobrevivência de milhares de homens e, ainda hoje, tem grande importância na cida-

de. São milhares de homens que todos os dias fazem movimentar a economia da cidade carregando, descarregando, enlonando, organizando as mercadorias que serão levadas ou que chegam aos grandes atacadistas, indústrias e também aos pequenos e médios comércios de várias naturezas existentes na cidade, também realizando mudanças e prestando serviço a diversos particulares que “precisam de uma força” para carregar qualquer tipo de produto. A atividade é assim, apesar das quedas apontadas pelos entrevistados nos últimos anos, importante para toda a cidade e para as milhares de pessoas que garantem sua sobrevivência exercendo-a.

Os trabalhadores que sobrevivem na cidade de Uberlândia atuando na carga e descarga de mercadorias desenvolveram ao longo do tempo diferentes formas de se organizarem para pleitearem trabalho – “pedras de rua”, Sindicato dos Movimentadores de Mercadorias e várias Cooperativas de mão-de-obra. As “pedras de rua” são a mais antiga forma de organização e, ainda hoje, a que aglomera maior contingente. Mesmo que cada vez mais inúmeras sejam as empresas de terceirização, as cooperativas que passam a abrigar grande número de carregadores, e que o Sindicato de Movimentadores de Mercadorias também conglomerem grande número, o contingente que atua a partir das “Pedras” nas ruas ainda é visivelmente significativo, por isso neste texto me proponho a refletir um pouco sobre os processos de conquista e afirmação das Pedras nas ruas como territórios dos vários grupos que as ocupam.

Os entrevistados não se preocuparam, em suas narrativas, em dar explicações que dessem conta dos processos que fizeram com que grupos de trabalhadores “particulares/avulsos/autônomos” desenvolvessem a prática de se postarem em determinados Pontos da cidade para esperarem/demandarem/disputarem uma oportunidade de trabalho. O fato é que inúmeros profissionais fazem Ponto pela cidade. Observando os Pontos/Pedras e acompanhando o modo como me explicaram seu funcionamento, as regras desenvolvidas em cada grupo, as relações estabelecidas entre os homens nos Pontos/Pedras e entre estes e seus fregueses, compreendi que este é um processo que foi se forjando ao longo de muitos anos. Os

primeiros Pontos/Pedras estabelecidos em Uberlândia (MG) começaram improvisando elementos que contribuíam para o bom desempenho do trabalho do grupo e para a ocupação das várias oportunidades de trabalho que surgissem e, ainda hoje, este processo está em curso. Cada novo grupo que se estabelece em um Ponto/Pedra, cria regras para seu bom funcionamento, mas não o faz de forma arbitrária e sim respeitando elementos de uma tradição que veio se firmando ao longo do tempo.

Tentando entender um pouco sobre como tal prática passara a fazer parte do dia-a-dia de muitos grupos de trabalhadores e buscando compreender o funcionamento dos Pontos/Pedras de carregadores nas ruas da cidade de Uberlândia, fui aos poucos identificando semelhanças entre esta forma de organizar-se para o trabalho e os “cantos” organizados por negros ganhadores ao longo do século XIX, que eram, a grosso modo, segundo Mattos (2001), formas de organização para o trabalho, com estrutura própria de organização interna e que funcionavam de maneira autônoma. Do que o referido autor expõe sobre os cantos de Salvador, o que diferencia esta forma de organização – naquela cidade no século XIX – dos Pontos/Pedras de carregadores, hoje, na cidade de Uberlândia é o fato de que aqueles aglomeravam uma diversidade de profissionais e não exclusivamente carregadores, e também, elemento importante, é que desde 1835 havia por parte do poder público de Salvador a tentativa de enquadrar os ganhadores dentro de um esquema de controle policial e fiscal, o que não se verifica em relação às Pedras/Pontos de carregadores em Uberlândia.

Além das semelhanças, como formas de organização autônomas para o trabalho, o que me permite vislumbrar a possibilidade de os atuais Pontos/Pedras em Uberlândia guardarem relações ancestrais com as formas de os negros ganhadores do século XIX se organizarem para o trabalho é o fato de o trabalho na carga e descarga na cidade de Uberlândia, ainda hoje, ocupar grande quantidade de negros, e ser uma atividade apresentada por Carmo (2000), como tendo sido até os anos 60, na cidade de Uberlândia, uma “função de preto”. O que podemos perceber é que o fato de os tipos de

negócios, que se tornaram importantes em Uberlândia, serem favoráveis ao trabalho de carga e descarga e haver uma tradição antiga de se recrutar trabalhadores para estes serviços em Pontos legitimados na cidade. Vários homens viram, deste modo, aí boas oportunidades e aos poucos foram se identificando com este trabalho e paulatinamente estabelecendo critérios e regras de funcionamento e, ao mesmo, tempo ganhando consciência de sua importância na cidade.

Um Ponto/Pedra de chapa é um território conquistado e mantido através de um complexo processo de relações estabelecidas entre os carregadores e uma gama variada de sujeitos com os quais convivem, que funcionam sustentados por uma série de regras de comportamentos, de solidariedades, de confianças e muitas vezes de uma defesa ostensiva. É um universo no interior do qual podemos visualizar inúmeras práticas que foram sendo convencionadas/construídas, ao longo dos tempos, pelas pessoas que sobrevivem na cidade realizando o trabalho de carga e descarga, e por aqueles com os quais se relacionam nesse processo, com destaque para aqueles que necessitam seus serviços na realização de seus negócios.

Como funcionam as Pedras/Pontos nas ruas? Os Pontos da Vasconcelos Costa, da Praça Sérgio Pacheco, do Posto Chuá, do Posto Espigão, do Posto da Matinha, do Posto Amigão, do Rodoviário Samuray, do Posto Planalto, da antiga CAMIG são apenas alguns nos quais atuaram os entrevistados. Poderíamos dizer que o "Ponto/Pedra" é um importante território de referência, de onde os carregadores organizam boa parte de suas relações e atuações na cidade. O Ponto/Pedra é um local conquistado na cidade e como tal, defendido com unhas e dentes por cada membro do grupo, inclusive porque de sua manutenção depende sua sobrevivência como carregador. O Ponto/Pedra é fundamental para um carregador de rua porque é no seu processo de conquista e manutenção que um homem estabelece as relações que o legitimam enquanto um trabalhador na função de carga e descarga. Comparando Sindicato ou Cooperativa com os Pontos/Pedras, podemos tentar compreender um pouco melhor como isso se dá. Uma empresa que

contrata carregadores por meio do Sindicato ou cooperativas, não se importa com quem efetivamente vai realizar o serviço, ela confia na legitimidade do Sindicato ou cooperativa e acredita que seja lá quem for, fará um bom serviço, porque, caso não seja assim, o Sindicato substituirá o trabalhador até que o designado atenda às suas necessidades. A legitimidade do Sindicato ou das cooperativas é que representa a retaguarda da empresa. Da mesma forma, aqueles que ao precisarem de um carregador se dirigem até um Ponto/Pedra, já reconhecem a legitimidade desse trabalho naquele lugar, esses Pontos e seus trabalhadores já fazem parte do cotidiano da cidade. Já são reconhecidos e requisitados.

Estabelecer-se em um Ponto/Pedra na rua é um processo que se dá fundamentalmente de duas maneiras: ou aquele que busca ser carregador escolhe um local na cidade, que seja estrategicamente favorável ao exercício do trabalho na carga e descarga e cria aí um Ponto/Pedra, ou estabelece relações com homens que já estão instalados em um Ponto/Pedra, onde um “conhecido” faz o trabalho de mediação e aos poucos consegue do grupo permissão para atuar naquele lugar. As diversas narrativas dão a conhecer estes dois processos e apontam os elementos de tensão presentes em cada um. A inserção na profissão, no entanto, na maioria das vezes se dá por intermédio de relações estabelecidas com alguém que já atua no ramo. No caso dos entrevistados que fundaram Pontos/Pedras, como Seu Delfim¹ e Cláudio², só tomaram essa iniciativa quando já estavam suficientemente entrosados na atividade.

Cláudio, em sua narrativa sobre sua inserção na atividade e os problemas enfrentados na organização de seu Ponto, dá mostras de como este tipo de trabalho vai sendo, às vezes, incorporado nas relações da vida diária. Seu relato nos dá também indícios de enfrentamentos pelo direito de permanecer em determinado Ponto da cidade e fazer dele seu local de atuação. Cláudio, aos 17 anos, começou a trabalhar com carga e descarga, ao estreitar relações com os homens que atuavam no Posto Espigão, situado na saída de Uberlândia para Ituiutaba, quando costumava parar neste posto para “pegar beirão³” em caminhões e ônibus que trafegavam

naquele local. Um dia, estando com falta de homens para ajudar a descarregar três caminhões de farinha, o convidaram para trabalhar com eles, ele topou e daí por diante passou a fazer Ponto no Espigão.

Com o passar do tempo, a abertura de um novo posto de combustíveis no bairro Industrial, o "Posto Amigão", motivou Cláudio e alguns colegas a procurarem aí se estabelecer, no que foram de pronto rechaçados pelo dono do posto que não permitia a presença deles no local. Segundo Cláudio, o dono do posto argumentava que não os queria fazendo Ponto ali porque "Se vim Ponto de chapa pra cá vai vim puta, vai vim ladrão". Narrou que eles permaneciam fora do posto, parando caminhões no meio da pista, o que começou a inviabilizar o funcionamento do estabelecimento. O dono do Posto tentava expulsá-los, mas segundo ele "[...] chapa num tem vergonha não, num dianta falá 'vai imhora' que não vai não". O posto foi vendido para um novo grupo e o conflito continuou. Quando o gerente percebeu que seria inútil tentar fazê-los desistir, permitiu que ficassem no posto, a fim de que deixassem de parar caminhões na pista, causando tumultos. Já faz nove anos que se estabeleceram no Amigão.

Cláudio, em sua narrativa a respeito do conflito vivido por ele e seu grupo para conquistarem o direito de atuar no Posto Amigão, sugere que para alguns grupos estabelecerem seu direito de permanência, em determinados locais da cidade, é preciso que estejam dispostos a enfrentar preconceitos com bastante teimosia e inventar estratégias que forcem proprietários de estabelecimentos a aceitarem sua presença. No caso do grupo do qual Cláudio participa, me pareceu munido de um senso de direito sobre a rua, se não podiam ficar no posto, ficavam na "pista", porque de lá ninguém poderia expulsá-los. A partir da rua, começaram a inviabilizar as atividades do posto até serem aceitos. A teimosia desse grupo, expressa por Cláudio, é indicativa de que uma vez escolhido um lugar, com base na percepção da viabilidade deste local para exercerem sua atividade, os trabalhadores se empenham efetivamente em conquistá-lo, enfrentando a discriminação e o escorraçamento

com uma estratégia que implica desde fazer ouvidos moucos, parecer “sem vergonha”, até o estabelecimento de formas de atuação que possam dificultar a vida daqueles que os escorraçam, de tal maneira que sejam obrigados a ceder à sua presença.

Seu Delfim, narrando sobre a criação de um Ponto lá no Rodoviário Samuray, já indica que alguns Pontos podem ser conquistados sem tantos atritos:

[...] igual eu já fiz, igual eu já fiz, lá no Samuray num... num tinha antigamente, aí eu cheguei lá e perguntei o Carlos: ‘cê tá picisano de gente pa... pa descarregá caminhão?’ ‘Tá, ocê tem quantos?’ Falei: ‘não, é importante, eu tô só mais agora mesmo eu arrumo mais dois ou três, se ocê pricisá?!’ Imediato. ‘Não, eu priciso. Tenho... tem carro qui vai ali po... po Peixôto, po Alô Brasil, Armazém Martins, né!?’ E por aí, por aí afora. Então eu já saí ali no Posto Planalto e lá eu já tem aqueles pêxe, falei vem cá, você, você e tirava aqueles qui já cunhicia, qui num é de dá problema na porta de firma, que hoje im dia pa gente pegá cumpanhêro pa levá na porta de firma, tem qui sabê o qual pa num te dá problema, né?!

Seu Delfim, em sua narrativa, confere até um ar de relativa facilidade, tanto na conquista do Ponto, quanto na composição do grupo que iria ocupá-lo recrutando entre os ocupantes do Ponto/Pedra do Posto Planalto aqueles “[...] pêxe [...] aqueles qui já cunhicia, qui num é de dá problema na porta de firma”, alguns para trabalhar com ele, no Samuray. Estas ressalvas de Seu Delfim sobre os escolhidos explicitam pelo menos duas questões importantes na composição de um grupo que vai ocupar um novo Ponto: uma primeira é que entre aqueles que vêm compor um Ponto/Pedra pode haver alguns que dão problemas nas portas de firma, se envolvendo em brigas ou bebendo ou desviando mercadorias etc.; a segunda é que quem quer legitimar um Ponto procura se precaver contra aqueles que possam atrapalhar a construção de relações de confiança, fundamentais para que o Ponto vingue.

Seu Delfim e Cláudio, narrando sobre a criação de Pontos/Pedras e as dificuldades ou facilidades encontradas, indicam que a

conquista de um Ponto/Pedra pode ser mais ou menos conflituosa, dependendo de fatores tais como o tipo de local no qual se quer colocar, se existem donos no Ponto, qual visão esta pessoa ou empresa tem dos chapas e de sua presença. Também é preciso considerar o momento no qual se dá a criação do Ponto. A fundação do Ponto no Samuray por Seu Delfim e seu grupo acontece na década de 80 um período muito mais favorável à categoria que nos anos 90, quando o grupo de Cláudio disputa o lugar para se instalar no posto Amigão. Os anos 80 caracterizam-se por grande demanda de carregadores na cidade em função do volume de mercadorias a movimentar e a ausência dos processos de mecanização. No momento em que Cláudio e seu grupo procuram se estabelecer a conjuntura já é bem outra e a concorrência e a mecanização ajudaram a reduzir os postos de trabalho. Conquistar um Ponto, hoje, pode envolver dificuldades muito maiores do que antes. Quanto mais escassas as oportunidades de trabalho, segundo pude depreender das narrativas, maiores são as exigências morais que pesam sobre aqueles que lutam para sobreviver na atividade.

Independente do grau de tensões presentes na conquista de um Ponto/Pedra na cidade, é de vital importância para a categoria conquistar o direito de atuar em determinado local. Não existe carregador sem Ponto/Pedra, desta maneira aqueles que atuam ou querem atuar em Uberlândia ou em qualquer outra cidade, exercendo essa atividade, precisam conseguir conquistar o direito a um lugar estrategicamente colocado, que lhes favoreça atuar. Uma vez identificado um local considerado "bom", não costumam desistir dele, ao contrário, lançam mão de todas as estratégias necessárias para conseguir conquistá-lo e mantê-lo. A idéia de direito sobre o Ponto, se expressa quando dizem "meu Ponto/nosso Ponto".

A importância do Ponto para um chapa pode ser percebida no modo como os entrevistados se referem aos modos como protegem o território conquistado. Todos os entrevistados foram unânimes em dizer que o Ponto/Pedra não é um espaço livre, onde qualquer um pode chegar e se colocar na disputa pelas oportunidades de trabalho que apareçam. O Ponto torna-se um território exclusivo do

grupo que o estabeleceu. Seu Delfim diz que na eventualidade de aparecer alguém querendo se inserir no Ponto, se ele for um chapa como eles, pode até tentar, porque o Ponto lá é para qualquer um, mas ao mesmo tempo coloca uma condição “agora vamo vê se os qui tá lá aceitia, né?” Segundo Seu Delfim, o novato precisa “[...] ficá assim meio de fora, num pode chegá e metê a cara não, porque dá probema pra eles. Tem qui chegá ali como quem qué e num qué e pegá amizadezinha e í divagá, divagá, pra pudê entrá.” Porque se alguém chegar no Ponto e “[...] já corrê lá pra pegá sirviço, aí num dá”. Caso um homem desconhecido chegue no Ponto e não peça e consiga autorização daqueles que o estabeleceram, e tome a liberdade de desconhecer a autoridade destes sobre este território, pode ser imediatamente punido “Aí, a turma chega a madêra nele e põe ele pa corrê dali na hora [...]”.

Seu Antônio⁴, Cláudio e Seu Eduardo⁵ já afirmaram que, em suas experiências, os métodos de rechaçamentos são mais brandos, eles se utilizam de métodos como dizer ao chegante que não vai compensar ele ficar ali, porque existem poucas ofertas de trabalho, tentando fazê-lo entender que não é aceito, sem “brigá”. Podem também se utilizar de uma estratégia que combine tais argumentos, com uma articulação para não incluí-lo em nenhuma oportunidade de trabalho que apareça, de tal maneira que ele se canse, perceba que não está sendo aceito e desista. Sendo assim, seja pelo uso da força ou de estratégias mais suaves, ficou clara a impossibilidade de um homem que não tenha sido autorizado pelos “donos” do Ponto, permanecer e atuar aí.

Rechaçar “estranhos”, e só muito raramente abrir espaço para a inserção de “conhecidos” nos grupos que atuam nos Pontos/Pedras, pode ser entendido como parte das lutas destes homens pela sobrevivência, porque conquistar um Ponto – além de significar conseguir se colocar em um lugar estratégico – significa também estabelecer uma rede de confiança entre os diversos ocupantes do mesmo, bem como entre estes e os fregueses. Incluir um estranho no grupo significa colocar em risco a sobrevivência, não só porque aumenta a concorrência, mas também pode significar a perda de

fregueses, às vezes conquistados com muito empenho ao longo do tempo. Caso um membro do grupo cometa qualquer ação que desagrade o freguês este pode deixar de confiar no grupo e não lhes dar mais serviço. Seu Antônio se expressa dessa maneira sobre a possibilidade de incorporar novos membros ao grupo: “Porque nós num pode dexá o cara chegá assim e querê ficá no mei de nós, nós num conhece ele, nós num pode levá ele. Só se fô um cara muito conhecido pra ele ficá junto”. O que pude perceber é que a recusa em incorporar novos elementos ao grupo de um determinado Ponto é tanto maior quanto mais a garantia de serviço for baseada nas relações de confiança entre os carregadores e fregueses.

Entre os trabalhadores dos vários Pontos/Pedras as relações são boas, mas o trânsito entre os ocupantes dos vários Pontos não é comum. Segundo Cláudio, se um chapa chegar em um outro Ponto e “ficá caçano assunto”, os trabalhadores do Ponto não o recebem bem, rechaçam sua presença ficando “de cara turcida”. Esta estratégia de demonstrar por meio de gestos e semblante o descontentamento com a presença de outro carregador faz parte da defesa do Ponto. Inibindo a presença do outro e deixando-o pouco a vontade, diminuem as chances de que ele, eventualmente, queira se propor a integrar o grupo.

No que tange às estratégias de defesa dos Pontos e à manutenção dos mesmos, a narrativa de Seu Eduardo é bastante expressiva, porque expõe regras que foram ao longo do tempo sendo convencionadas e estabelecidas entre os carregadores com relação ao respeito ao território uns dos outros. Perguntado sobre como se relacionava com os colegas de profissão, disse:

Porque a gente num tem muito contato com eles. Por exemplo, se eu trabaio num setor, [...] ali mesmo naquela região qui a sinhora me encontrô. Ali tem quato [...] quato Ponto de ficá. Então entre aqueles quato, eu num posso tá saíno do meu pra í pra lá po ôtro, né!? por que? Porque [...] assim [...] num podemos invadí a área dum ao ôtro. É a mesma coisa ês num pode invadí a área pra cá. A num sê qui quando sai todo mundo e fica faltano alguns, aí nós vem cá chamá um dês, que nem já aconteceu muito

nóis saí [...] saí os colega, fica só eu [...] ou [...] um ou dois; aí precisa de três, eu vô no ôto Ponto, chamo o ôtro pa interá, a sinhora entendeu!? Nóis num podemos é invadí, eu saí do meu Ponto e í cercá serviço deles.

O que podemos observar na fala de Seu Eduardo é que um Ponto e suas cercanias, uma “área” convencionada entre eles, compõe o território sobre o qual um grupo tem direito. Mesmo um local, como a praça Sérgio Pacheco, foi esquadrinhada e o trabalhador que atua na praça, não pode atuar em toda a praça, mas somente no trecho que foi convencionado como parte de cada um dos Pontos. Cada carregador deve se limitar ao local que lhe foi convencionado sob pena de ser considerado um invasor. O trânsito entre os Pontos, no entanto, é permitido em caso de necessidade de recrutar entre os membros do outro grupo, alguém para compor uma turma para a realização de um trabalho. Perguntado sobre como chegaram a tal acordo, Seu Eduardo me respondeu utilizando-se de um exemplo “[...] por exemplo, é a mesma coisa da [...] por exemplo, eu moro aqui e [...] eu não posso í varrê o meu quintal e jogá o lixo na porta do vizinho, [...] a sinhora entendeu? E [...] é isso aí, cada um tem qui respeitá o direito do ôtro”. Continuei argumentando com ele que o direito que tem sobre sua casa se respalda no direito de propriedade, e interoguei sobre quais regras respaldavam o direito de cada um deles sobre determinado trecho da praça Sérgio Pacheco, ao que respondeu dizendo: “[...] quem tem o direito é o prefeito, né!? [...] As autoridade, mais ês num mexe com a gente, né!? Ês nem [...] nem procura a gente, nem nada! Então, a lei quem faiz é nós mesmo, cê entendeu? chama assim, respeitá o direito dum ao ôtro, entendeu?”

Os argumentos de Seu Eduardo explicam como constroem suas noções de direito aos espaços da cidade, com base em critérios decididos e convencionados entre eles, aproveitando-se do direito de uso que possuem de várias áreas, que são claramente percebidos como estando sob a jurisdição das autoridades públicas, mas que estas, não podem impedir as pessoas de usarem estes locais que seriam de livre acesso a todos. Quando Seu Eduardo e Seu Delfim

dizem: “lá é liberado” “lá é pra qualquer um”, expressam a clareza de que estão lidando com espaços abertos aos quais, teoricamente, todos teriam acesso. Essa noção de direito vem de um enraizamento no lugar de trabalho repousada em dois critérios básicos: um é o de antigüidade: “[...] não mais nós já tamo ali a muito tempo”. E outro o das relações estabelecidas “nóis já somo cunhido”. Um recurso interessante, presente nas entrevistas para a defesa do Ponto/Pedra, é que nunca o interlocutor é o responsável pela proibição de mais alguém freqüentar aquela Pedra “[...] eu não, eu num importo, né!? Pra mim tanto [...] mais lá os ôtos num tem essa opinião, né!? Por inxemplo, chega um estranho, [...] fala assim: ô fulano e tal eu tô pricisano trabaiá e tal [...] Bom, se nós é in oito, eu ou ôto aceita mais cinco já num aceita”. Este tipo de estratégia é utilizada para evitar confrontos.

Quanto ao argumento das relações estabelecidas, a idéia expressa nas entrevistas é de que não adiantaria qualquer outra pessoa ficar no Ponto/Pedra, porque aqueles que já são antigos, é que são conhecidos dos donos das empresas e que gozam de sua confiança. Portanto, seria perda de tempo alguém querer “invadir” o Ponto/Pedra, porque não conseguiria serviço. Ante minha insistência em tentar compreender como a noção de direito sobre o Ponto é construída Seu Eduardo disse:

[...] explicá pra sinhora uma coisa: [...] o principal [...] é o seguinte: nós já tamo ali há muito tempo, [...] o que qui acontece? As loja, as firma, aqués impresa já cunhece nós [...] então, chega um estranho, aquela [...] aquês dono, aquês qui já é acostumado cu’nóis dia a dia, semanal, chamá nós pa í trabaiá, ele nunca vai levá aquele estranho! Ele vai levá somos nós. Tem firma aí qui num aceita de jeito nenhum né [...] tem qui sê a gente mesmo!

Este tipo de explicação dada por Seu Eduardo é mais uma estratégia discursiva utilizada, também na entrevista, como forma de expressar que o direito sobre os Pontos não é arbitrário, mas que se fundamenta na rede de relações que foi sendo construída pelo grupo ao longo do tempo. Portanto, não são só eles que pensam

que têm direito sobre o Ponto, mas seu direito sobre o mesmo é legitimado também pelos donos de lojas, de firmas e de empresas. Este argumento é também utilizado para dissuadir “estranhos” que queiram, com base no argumento de que a praça é pública, pleitear algum direito de permanecer junto ao grupo no Ponto.

A conquista e manutenção do direito sobre o Ponto é uma questão crucial para a existência da categoria e é um movimento que acontece cotidianamente na cidade. Uma vez que alguém conquista o direito de fazer parte de um grupo, este não se perde com o tempo. Os entrevistados explicaram ser uma prática comum aos trabalhadores saírem do Ponto para o Sindicato ou para algum trabalho com carteira assinada, quando aparece alguma coisa que acham que compensa, ou quando as oportunidades de trabalho no Ponto estão escassas. Apesar de ficarem longe, continuam fazendo parte do grupo que tem direito ao Ponto podendo retornar quando quiserem. Este sentimento de pertença foi expresso da seguinte maneira por Seu Eduardo: “[...] Às vezes eu arrumo um serviço, vô impregá, trabaio um ano, dois ano [...] aí quando o senhor qué voltá [...] aí eu num peço nem licença, não, ês me [...] eu já sô de lá, né!? [...] eu já vô chegano, dano bom dia pra todo mundo e entrano no meio.”

O fato de um Ponto estar consolidado não significa, para os trabalhadores, que estarão livres de conflito e que não tenham que estarem continuamente lançando mão de uma série de argumentos para garantirem o direito de permanecer no local que escolheram. O Ponto no qual ficam Seu Eduardo e seu grupo, na esquina da rua Vasconcelos Costa com a praça Sérgio Pacheco, é um dos mais antigos da cidade, mas segundo ele, a cada nova loja que se estabelece no lugar, é uma nova batalha para reafirmar seu direito de ali permanecerem:

Aquele Ponto tem quarenta anos ali. Então, aqueles lojista vai aluga ali, entra, estranha, né!? Porque a veiz o cara [...] a loja é estranha, né!? Vê aquele tanto de home ali; eles tenta querê rancá nós dali [...] mais ês num pode rancá, por que? Porque nós somo [...] é ali qui nós trabaiamo há anos e anos, então eles [...] nós tamo ali na

rua. A rua é pública. A única pessoa qui pode rancá nós dali é, que nem eu falei pa sinhora, são as autoridade, a prefeitura, né!?

Seu Eduardo, na defesa da permanência do Ponto, retoma o argumento da antigüidade de sua existência, e argumenta também com fato de ali ser um local de trabalho e com o caráter público da rua. Estes seriam os pilares de sua concepção de direito de permanência naquele lugar. Ao lado dos argumentos fundamentais, eles se utilizam de outras estratégias de enfrentamento dos lojistas que querem destituí-los do direito ao Ponto. Entre estas estratégias, está a de propor que os lojistas paguem para que saiam. Seu Eduardo narrou desta maneira uma situação de conflito:

Todos [...] ali é o seguinte: o qui nós todos falamos ali, nós pode saí dali, í lá po ôto lado da praça, [...] só qui é o seguinte: ninguém sai assim não, ês qué saí é assim com acordo, cê me dá tanto, eu passo po lado de lá, eu num fico aqui. Fala assim: por que? Quando você chegô aqui, nós já tava, nós tem [...] tem nêgo aqui qui tem trinta ano, vinte ano aqui. agora cê chegô óntem, já achô nós aqui. Quando você montô, alugô essa loja aqui, cêis já viu nós aqui. Então cê dá tanto pa cada um de nós, nós passa po lado de lá da praça. Aíocara [...] Já [...]? Aí o cara [...] aí o cara disanima, né!?

O direito ao Ponto, os argumentos e estratégias utilizados para consegui-lo e mantê-lo, e a forma como contam os entrevistados, dentre eles principalmente Seu Eduardo, mostram grande manejo de quem tem anos de luta cotidiana pela manutenção de um espaço que é estratégico e fundamental para a existência da categoria. O argumento de que a Prefeitura é que teria direito a este espaço e, portanto, poderia destituí-los deste, também, em grande medida, percebo como sendo apenas um argumento, se tomarmos o fato concreto que em 1993 houve grande embate entre a Prefeitura e aqueles que faziam Ponto na Sérgio Pacheco. Embate do qual os carregadores e freteiros saíram vitoriosos, uma vez que não obede-

ceram ao decreto da Prefeitura que os retirava da praça e estabelecia outros Pontos da cidade para que ficassem. Como o espaço da praça foi reduzido, com a construção do terminal de ônibus Urbano, os trabalhadores se reorganizaram e redefiniram seus lugares no pequeno espaço que lhes restou, mas não obedeceram ao decreto de saída.

O embate entre os carregadores e freteiros que atuam na praça Sérgio Pacheco e a Prefeitura Municipal ocorrido em 93, quando do início da construção do terminal de ônibus urbanos, é o único caso de embate desta natureza enfrentado pelos carregadores na cidade, em toda a documentação consultada. Ao que tudo indica não há nenhum interesse das administrações municipais em regulamentar a atuação dos carregadores na cidade, certamente porque este é um serviço importante/necessário na cidade. A única normatização a respeito no município é uma lei que institui horários para cargas e descargas na região central da cidade.

A conquista do direito a determinado Ponto/Pedra, sua legitimação envolve lutas que passam a conferir a determinado grupo e não a qualquer outro, o direito de uso e legitimidade. Direito e legitimidade estes que podem ser concedidos a outros homens que preencham determinadas condições necessárias para atuação no Ponto e manutenção do mesmo. Pontos antigos, como o da confluência da rua Vasconcelos Costa com a Praça Sérgio Pacheco, no qual se coloca Seu Eduardo, vão ao longo do tempo, à medida que alguns componentes vão saindo por qualquer motivo, tendo seu grupo renovado através da concessão do direito a outros. A antiguidade que concede a um grupo de homens o direito de se colocar em determinados Pontos da cidade para pleitear trabalho de carga e descarga, pode certamente ultrapassar o tempo lembrado pelos entrevistados uma vez que o direito ao Ponto vai sendo repassado de geração para geração, em que o direito de membros mais antigos é repassado a novos membros à medida em que estes vão tendo que abandonar o trabalho por algum motivo.

Fazer de determinados lugares da cidade um "Ponto/Pedra", significa fazer deste local um território, um espaço vivido, e é no

estabelecimento de relações ora conflituosas ora amenas, pautadas em diversos critérios de valor, que se consegue efetivar o direito a determinado Ponto. Nas interpretações dos entrevistados, os “Pontos” aparecem como um universo no qual e a partir do qual estabelecem múltiplas relações de convívio e de disputas que podem ser bastante tensas. As explicitações das “brigas” com empresários para garantirem o direito ao uso de espaços da cidade, colocados junto ou diante de empresas, lojas, postos de combustíveis etc. podem ser lidas no bojo das lutas de dominação e resistência, das lutas por direito a ocupação de espaços na cidade, profundamente marcadas pelas diferenças sociais, e pelo modo através do qual cada grupo social luta para ampliar seus direitos, e, se necessário, restringir os direitos de outros grupos.

As brechas e argumentos utilizados pelos carregadores estão assentadas em suas necessidades e valores, na relação com as necessidades e valores das diferentes categorias com as quais lidam. Enfim, para se imporem em determinados lugares, no qual encontram a resistência de outros moradores da cidade, os carregadores argumentam no sentido de estarem realizando um trabalho para o qual existe significativa demanda em Uberlândia. Se valem também de estratégias de enfrentamento e inviabilização de atividades da empresa, como a empreendida por Cláudio e seu grupo, no Posto Amigão, por meio da qual conseguem, muitas vezes afirmar seu direito e vê-lo reconhecido por outros grupos sociais. Muitas vezes, são aqueles com os quais empreenderam lutas cerradas, que acabam legitimando e defendendo a existência do Ponto. Os carregadores conseguem isso através do estabelecimento de uma série de relações marcadas por prestação de favores, e adequação dos comportamentos às expectativas dos donos e usuários do estabelecimento, com o fito de ganhar-lhes a confiança.

“Fazer amizade”, “conseguir regalias”, “conseguir a confiança” são expressões utilizadas pelos entrevistados sempre que se referem ao tipo de relação que estabelecem com empresários, lojistas, donos de postos de combustíveis, caminhoneiros, fregueses em geral, porque, segundo eles, disso depende o sucesso de um

homem como carregador. Sendo assim, narrativas como a de Seu Eduardo, Seu Antônio e Cláudio nos dão conta de algumas práticas efetivadas entre eles e os seus vizinhos de Ponto e de como, conseguido o direito ao Ponto, essas relações podem assumir caráter de ajuda mútua ou permanecerem em um nível mais distanciado.

Segundo Cláudio, passados os enfrentamentos iniciais, entre seu grupo e os donos e gerentes do Posto Amigão, se estabeleceu uma relação que permanece no campo da tolerância desde que os carregadores mantenham um comportamento que os donos e gerentes do posto consideram condizentes com o “bom ambiente” “[...] não [...] cês conversa com nós, dá boné pra nós, a gente num caçano assunto com eles, num bagunçano, tá tudo bem [...] se quisé até durmi lá pode.”

Esta estratégia de adequação do comportamento a normas consideradas por donos de postos, lojistas e empresários, como adequadas à imagem que querem construir de suas empresas, aparece de maneira muito incisiva no depoimento de Seu Eduardo. Alguns elementos trazidos por ele seriam comuns às práticas dos grupos, mas eles procuram evitar, para não criarem confusão no Ponto. Perguntado se costumavam jogar baralho enquanto estavam no Ponto a espera de trabalho respondeu:

Jogá baralho? Assim? É. Não, no nosso, onde eu fico, não. Ês custuma brincá no ôtro. lá naquele da praça, né!? É a sinhora já foi lá, né!? Já. Eu fui lá ês tavam jogano. Ês joga ali, direto. Mais cá onde nós fica, nós num [...] por que qui cês num jogam? Porque nós tamos em porta de lojas, grandes lojas de comércio. Então num [...] num permite jogo ali, porque aí já é uma falta de [...] de respeito na [...] na [...] porque a vez chega uns cliente pa querê [...] visitá a loja e tá [...] Já lá onde a sinhora foi, eles joga porque eles, ali eles tão na praça, né!? Então tem espaço pa eles [...] e ali, a sinhora vê qui ali onde nós fica, nós num pode...mexê cum muié dos ôtos, num pode [...] falá palavrão, porque ali nós tamo na porta das loja, né!?

Seu Eduardo estabelece uma diferença de comportamentos e práticas entre os carregadores que possuem Pontos em locais abertos,

independentes, e entre aqueles que fazem Ponto em porta de algum estabelecimento. Diz que, apesar de estarem na rua, precisam adequar suas condutas em sinal de respeito aos estabelecimentos diante dos quais se colocam. Desta maneira, estariam impedidos de jogar cartas, de falarem palavrões, de mexerem com mulheres que passam por eles. Todas estas atitudes seriam permitidas aos que fazem Pontos em locais tais como praças, rodovias ou quaisquer locais onde tais comportamentos não signifiquem “falta de respeito”, o que justificaria perderem o direito ao lugar.

Uma vez estabelecidas as regras de convivência, vigoram boas relações entre os carregadores e os donos de estabelecimentos comerciais, porque segundo Seu Eduardo: “[...] se num fô assim, num vive, né!?” Passados os conflitos iniciais, segundo ele, em sua experiência:

[...] é [...] mais só qui no fim, no fim termina tudo bem. Porque já aconteceu, umas três ou quatro loja mudá ali pra de junto de nós, nos começo eles estranhá e depois cumeçô a pegá aquela amizade. Por que? Às vezes, nós ajuda até a oiá a loja [...] né!? por exemplo, que nem agora, ultimamente, o gerente sai po almoço ou tem qui í no banco, fica duas vendedora, e tem só muié lá, ês mesmo pede pra nós: ô fulano, cêis dá uma oiadinha aí nas minina pra nós! Porque ? Por causa de muita badidage, malandro entra, né!? [...] e [...] assalto, né!? Então, [...] às vezes passa um, qué...qué rebentá um vidro daquele, qué [...] qué arrancá uma pranta, nós num dêxa, cê intendeu? Além de nós preservá o nosso Ponto, nós preserva taméim os vizinho, as loja. a sinhora intendeu? então é uma relação... tranquila ali com o povo das lojas? isto. se cêis pricisá de alguma coisa com eles, eles fazem!? Ali é uma água gelada, é um café, qualquer coisa qui nós pricisá. Ês pricisá de uma [...] pricisá de pegá uma mesa, um móves lá dento, pricisá duma ajuda nossa, chama um de nós, nós vai lá. Na hora taméim qui aparece um serviço, um cliente dêis vai comprá um móves, ou vai mudá, eles taméim já avisa pra nós. Oh, nós tem um cliente qui tem uma mudança pra fazê, ês vai mudá, já apresenta nós pr’aquele cliente. Então no fundo, termina assim, tudo na amizade memo.

Seu Antônio, também em sua narrativa, explicita como considera importante estabelecer, com o pessoal do posto no qual trabalhava, uma relação de prestação de favores, porque segundo ele, “quem não planta, não colhe”. Estas relações são importantes também para a conquista de alguns postos de trabalho, uma vez que o dono da firma pode servir de referência na obtenção de novos fregueses. Pela confiança, conseguem conquistar a preferência em eventuais oportunidades de trabalho.

Além das relações estabelecidas, com empresários junto de cujas empresas se estabelecem, é fundamental aos carregadores para que consigam sobreviver exercendo sua atividade na cidade, o estabelecimento de uma “freguesia”. Esta freguesia é constituída através de relações de “confiança” que vão estabelecendo tanto com empresários na cidade, quanto com caminhoneiros ou qualquer pessoa que costumeiramente demande serviços de carga e descarga. Estas redes de “confiança”, foram representadas pelos entrevistados como um dos cerne em torno do qual se tornou possível estabelecer relações de trabalho, como as encontradas em Uberlândia. Estes fregueses, mais ou menos “fiéis”, constituem um importante substrato na manutenção dos carregadores. O que pude perceber é que as possibilidades mais ou menos certas, representadas pela “freguesia”, conferem aos carregadores uma relativa confiança nas possibilidades de sobreviverem exercendo sua atividade. Também a base de sobrevivência do Sindicato, cooperativas ou empresas terceirizadoras se localiza junto aos fregueses fixos com os quais mantêm contratos de prestação de serviços.

Como se estabelece a freguesia? Segundo os entrevistados que atuam a partir de Pontos/Pedras nas ruas, é aos poucos que um carregador “particular” vai conseguindo ampliar sua rede de “conhecimentos” e isso se dá no dia-a-dia do trabalho o que é, segundo Seu Antônio, uma árdua tarefa. Perguntado o que considerava ser a maior dificuldade enfrentada por um carregador ele disse “[...] Não o mais difícil é a regalia com [...] com o fregueis, mais unidade com eles né?! teno unidade com eles cabô”. Seu Antônio quer dizer que estabelecer boas relações, relações na qual o freguês o trate com

respeito, é difícil, mas uma vez estabelecido aquilo a que denomina “unidade”, ou seja, relações de respeito e confiança, um homem consegue facilmente sobreviver como carregador. Quando diz “cabô”, entendo como tendo dito que não existem mais problemas. Conquistar a confiança de um freguês é difícil em função da disseminação de uma imagem social do carregador como alguém de pouca responsabilidade, que pode inclusive roubar. Já o Sindicato, as cooperativas e outras empresas que lidam com a prestação de serviços na área de carga e descarga, conseguem estabelecer seus contratos fazendo visitas às empresas e oferecendo seu trabalho, mediante negociações e estabelecimento de um projeto de trabalho que visa atender do melhor modo as demandas das empresas. Neste processo, joga peso também as relações que os responsáveis pelas negociações conseguem estabelecer com gerentes, responsáveis pela contratação de pessoal nas empresas onde pleiteiam trabalho. Como a concorrência é muito acirrada ninguém gosta de expor seus métodos por medo que sejam copiados pelo concorrente.

No que diz respeito aos carregadores das Pedras/Pontos de rua estas “regalias”, “unidade”, “confiança”, “conhecimento”, vão sendo conquistadas através de um empenho dos carregadores em disciplinarem seus comportamentos de acordo com as expectativas do freguês, tanto no que diz respeito ao modo de realizar o trabalho, quanto em suas atitudes de um modo geral, procurando criar neste, uma imagem positiva de sua pessoa como alguém em quem se pode confiar. Uma imagem de trabalhador que realiza suas tarefas com eficiência e responsabilidade.

Neste sentido, existe entre os carregadores como tática a prática de agradar os fregueses, buscando adequar seus comportamentos ao gosto dele. Segundo Seu Eduardo:

É, a gente tem qui fazê de um tudo pa [...] num é!? [...] mantê aquela amizade com ês né!? porque vamos qui eu discarrego um caminhão, hoje, dum [...] dum caminhonêro lá de Santa Catarina, do Sul, de Goiás, eu nunca vi ele, é a primeira vez: ôu eu tô pricisano de um aí pra [...] o que qui eu vô fazê? Eu vô fazê o serviço

direitinho, combiná com ele, tratá ele bem pra ele ficá satisfeito. Na hora qui termina eu falo pra ele: oh, da próxima vez cê me procura. Então o cara já fica [...] meio né!?

“Marcão”, caminhoneiro que trabalhava para o atacadista ARCOM, por ocasião da entrevista (1998), argumentou ser também do interesse dos caminhoneiros desenvolver “amizade”, “confiança”, “cunhicimento” com os ajudantes, porque facilita muito o trabalho deles no processo de entrega das mercadorias aos clientes dos atacadistas porque: “[...] aí é bom porque pode confiá na pessoa, num tem perigo, trabalha bem, quanto mais cê cunhecê a pessoa melhor que é [...] trabalhá cum discunhido já, é mais [...]”. “Marcão” disse que o modelo de organização de trabalho dos caminhoneiros no ARCOM, dificulta que os caminhoneiros possam, muitas vezes, estabelecer amizade mais profunda com os ajudantes porque raramente um caminhoneiro retorna à mesma cidade. Então, desenvolveram um mecanismo para garantir a existência da relação de confiança com o carregador, que consiste em sempre se reunirem em uma sala de espera existente na empresa, antes de sair de viagem, para se informarem uns com os outros sobre onde e quem procurar em cada cidade para ajudar nas entregas. Deste modo, a relação de confiança não é estabelecida com um caminhoneiro específico, mas com um grupo. Caso aconteça algo que leve algum dos caminhoneiros a perder a confiança no carregador, eles afixam, na tal salinha de espera, um aviso para que em tal cidade não peguem tal carregador, ou que permaneçam vigilantes porque ele não é de confiança.

A relação de confiança é conveniente para os carregadores e também, segundo “Marcão”, muito importante para as firmas e para os caminhoneiros, que garantem a execução do serviço sem problemas, não havendo danos ou desvio de mercadorias. Para o caminhoneiro, que vive nas estradas, uma sólida relação com um carregador pode significar mais que a eficiência na realização do trabalho. Segundo “Marcão”, a casa do carregador pode se tornar para o caminhoneiro um abrigo, acontecendo quando as relações são

próximas o bastante de “[...] tê pessoa que almoça na casa do ajudante. As vêz passa o final de semana, vai pra casa dele, faiz um churrasco depende da pessoa, do lugar que ele faiz, se fica bem cunhicado lá, intão vai teno uma relação de amigo memo”.

As relações de “confiança”, portanto, podem possuir significados ambivalentes à medida que, no seu interior, os sujeitos envolvidos procuram contemplar seus interesses. Desta maneira, do mesmo modo que servem para assegurar aos carregadores uma constância da oferta de trabalho, servem também para garantir aos empresários e/ou caminhoneiros, o exercício de algum tipo de controle sobre os trabalhadores com os quais lidam, objetivando evitar preocupações com eventuais danos e/ou desvios de mercadorias. Podem também significar para os envolvidos, uma vez que não são relações artificiais, um envolvimento humano importante que permite especialmente a caminhoneiros e carregadores, o exercício de solidariedades e o gozo de outros benefícios propiciados por relações de confiança que podem se limitar ao âmbito do profissional, ou ultrapassar os territórios do trabalho, e se estabelecerem em sólidas dimensões de amizade. Na maior parte dos casos, no entanto, as relações de confiança garantem aos carregadores trabalho mais regular, possibilidades de ter a quem recorrer em casos de dificuldade, possibilidades de conseguirem engajar membros da família ou amigos em eventuais oportunidades de trabalho, através da indicação ou apresentação. Para os empresários e caminhoneiros, oferecem a garantia de ter sempre um trabalhador que não causa problemas e que realiza o trabalho com eficiência à disposição. Desta maneira, as relações de confiança estabelecem uma espécie de freguesia conveniente para os envolvidos. Essa relação foi expressa de maneira bastante emblemática por Seu Delfim:

Não, tem caminhonêro qui já tem freguêz, inquanto num chegá aquele chapa cunhicado dele, ele num pega ôto [...] Tem chapa qui num [...] num corre, já [...] já tem o dia certo, sabe qui o caminhão vai chegá, carretêro vai chegá. [...] Eu por exemplo, já sabia com minha turma quando chegava o algodão na Daiwa, contava a partir do dia

primêro até dia deiz, dia quinze, eu num pegava ôto sirviço. já ia direto pra lá? Eu perdia o sirviço, mais só ficava só isperano o telefonema da [...] da daiwa [...]

O que Seu Delfim e outros entrevistados explicitam é que as relações de trabalho em uma atividade central para a economia da cidade de Uberlândia – bem como de outras do país, que é a movimentação de mercadorias no setor do comércio, da indústria, de serviços etc. – é baseada em relações estabelecidas com base nos critérios mais subjetivos de confiança/fidelidade entre homens que ocupam os mais diferentes lugares, no interior da rede de distribuição de mercadorias. Assim como que os mecanismos através dos quais estas relações são estabelecidas são também bastante complexos e subjetivos.

É preciso, no entanto, realçar que o próprio Seu Delfim afirma que não são todas as transações de oportunidade de carga e descarga, que são realizadas tendo por base o tripé conhecimento/confiança/fidelidade, muitos são aqueles empresários e caminhoneiros que “querem é desembaraçá o serviço” e não se importam com quem vai realizá-lo.

Ocasionalmente, podem haver desentendimentos entre os chapas e seus fregueses, em função da defesa dos interesses de cada um, mas uma coisa ficou bem clara nos depoimentos que obtive – a importância do estabelecimento das boas relações entre carregadores e aqueles que demandam seu serviços – o sedimento básico de tais relações certamente é a confiança que se estabelece.

Uma questão importante do ponto de vista das relações é a própria constituição do grupo. Segundo os entrevistados, as afinidades são constituídas entre homens que possuem comportamentos e valores semelhantes, de modo a propiciar não só um bom relacionamento entre os diversos membros do grupo, como também constituir um *know-how* que possibilite ao grupo conseguir obter trabalho. Com base no conhecimento que vão estabelecendo no meio, sempre que alguém vai criar um novo Ponto, procura compor o grupo com “aqueles pêxe”, “aqueles que num dá problema em

porta de firma”, “uns do meu tipo”. Não estou querendo dizer com isso que é possível depreender das falas dos entrevistados, que os grupos são homogeneizados. Em grupos grandes, sempre vão existir homens com valores e comportamentos plurais, mas suas narrativas indicam haver uma tendência a se aproximarem segundo afinidades na execução do trabalho, ou valores e comportamentos semelhantes. Seu Antônio disse que a composição de um grupo:

É igual um time de futebol, senhora entendeu? SIM. Bem entendido. Chapa é igual um time de futebol, joga um Vasco, joga um Flamengo, joga um Bangu, joga um Olaria. Então naquele meio ali tem o tecno ali, vamo supô tem um tecno ali: ‘nós vamo busca aquele cara lá, joga bem pra daná, aquele cara é bão e tal, é gente fina, é legal’. Então quê que vai acontecê, dentro dum bar igual aquele ali é que faz o amiguismo, é que vai levano o amiguismo [...] vamo levá esse [...] então é igual um time de futebol, chapa é igual um time de futebol, o ruim ele larga pra trais, e o bão ele leva [...] entendeu cumé que é o negócio?

Segundo Seu Antônio, é à medida que os homens vão se conhecendo e estabelecendo afinidades, que vai surgindo o interesse de que um ou outro passe a compor determinado grupo. O conceito de que alguém é “bão” ou “ruim” para ser incorporado ou rejeitado em um grupo, tem a ver com valores, comportamentos e habilidades de cada um que farão com que as chances de trabalho do grupo aumentem. Seu Antônio usou este argumento para explicar como saiu de uma turma para se integrar a outra, dizendo ser este rodízio de homens entre os grupos, uma possibilidade. Segundo ele, este processo de aproximação entre elementos dentro de determinado grupo ou incorporação de membros de outro grupo, está ligado ao conhecimento que vão estabelecendo uns com os outros “[...] todo mundo conhece já sabe tudo cumé que é o negócio. O chapa que mexe, o chapa que bebe, o chapa que fala bobage demais, então é isso”.

O conhecimento entre membros de um grupo implica em testes. Sempre que não é possível compor a equipe de trabalho com

“os do meu tipo”, pode-se lançar mão do recurso de levar um membro do grupo com o qual não se costuma trabalhar, ou mesmo, ter que pegar elementos de outros Pontos, quando é necessário compor uma equipe no caso de os “pêxe” já estarem trabalhando em outra carga. Quando acontece de não se acertarem, em outra oportunidade de trabalho, se evita levar aquele homem cujo comportamento destoou: “Aquele que vai trabaiá lá nós já sabe que é ruim e num leva ele, leva ele uma vez, na otra num vai mais.”

O uso que Seu Antônio faz da metáfora de um time de futebol para referir-se à constituição de uma equipe, é reveladora de elementos fortes em sua prática, além do seu envolvimento e preferência pelo futebol enquanto esporte, mas também, cria uma idéia do que vem a ser o funcionamento de um grupo, e os critérios levados em consideração no momento da sua constituição: “[...] joga bem pa daná, aquele cara é bão e tal, é gente fina, é legal.” Seu Antônio, ao explicar a composição de uma equipe de carregadores, traz um elemento significativo para compreendermos as relações nos Pontos, qual seja a presença de alguém no interior do grupo que funcionaria como um técnico. É instigante pensarmos na comparação que Seu Antônio faz com o time de futebol, porque é comum entre os entrevistados uma leitura de que entre os membros de uma equipe ou entre os ocupantes de um Ponto, existe uma relação de igualdade e não são feitas referências a diferenças de poder ou respeitabilidade entre os mesmos. A figura do técnico apontada é indicativa de que pelo menos em sua experiência, existe alguém no grupo que se responsabiliza pela organização do mesmo.

A questão da rede de relações estabelecidas pelos carregadores é colocada pelos entrevistados em termos de entrosamento na cidade. É à medida que vão atuando que estabelecem o domínio dos espaços geográficos da cidade, conseguindo se deslocar com facilidade e também criar uma série de relações, ampliando seus territórios na cidade. Este processo de conhecimento, domínio da cartografia da cidade, que implica conhecer ruas pelos nomes, saber localizar grande número de empresas, conhecer os trajetos mais fáceis de acesso aos diversos bairros e empresas da cidade, facilidade,

enfim, em localizar qualquer endereço que lhe seja solicitado é apontado como uma habilidade necessária para que um homem sobreviva na função como carregador, principalmente para aqueles que atuam em Pontos/Pedras nas ruas e trabalham abordando caminhões de carga às margens das rodovias.

Seu Delfim traz em sua narrativa elementos desse processo que, segundo ele, é fundamental para a sobrevivência de um homem como chapa:

[...] chapa cunhece bem a cidade. Eu cunheço chapa [...] eu num falo eu muntio não porque... mas tem chapa que cê chega ali e fala [...] lá de [...] do Luizote [...] – Cê sabe onde é qui fica firma tal? – Sei. Me dá sua nota aqui. Cê num precisa quebrá cabeça, te leva na firma. conhece a cidade toda? – De cor. Tem muitos qui já cunhece os telefone tudo de cor, até das impresas. [...] Eu cunheço a cidade q'eu andava muito de caminhão, conheço a cidade toda, fazia muita intrega, mas chegava na porta da firma e ia prá casa. Agora tem muntos que cunhece [...] quê cunhece quê ia pus pagode, ia andá à toa mermo né!? Saía de dumingo pecis campo de futibol aí! Cunhece bem a cidade. Tem chapa aí qui é brabo memo [...] pode sê onde fô qui ele da a dica logo: – Bora lá qui eu sei onde qui é!

Conhecer bem a cidade, conhecê-la de cor, conhecer todos os bairros, todas as empresas e até os telefones delas de cor é o que faz, segundo Seu Delfim, um chapa “brabo”, ou seja, competente, capaz de realizar com eficiência seu trabalho. Seu Delfim deixa entrever em sua fala que é no “conhecer bem a cidade” que reside a força de um chapa, pois este saber, que foi sendo construído seja no trabalho, seja “andando à toa”, é que os torna imprescindíveis para “guiar as mercadorias aos seus destinos”. Podemos perceber pelo modo como expressa seu orgulho de conhecer bem a cidade, um elemento que confere sentido ao seu trabalho e o revela como sujeito consciente da importância do seu trabalho se identificando com ele. Relevante é notar como explica este saber como algo que vai sendo construído, ou seja, é no dia-a-dia na cidade, que se forjam como “chapa brabo memo”. O conhecimento da cidade explicado

por Seu Delfim, como elemento chave para um chapa, deixa subentendido que é, não só no percorrer a cidade, mas no estabelecer relações que se pode chegar a este tipo de conhecimento a que se refere. Conhecem-na andando de caminhão, fazendo entrega e também indo para os pagodes ou aos campos de futebol, que são por excelência lugares de sociabilidade.

Na experiência de Seu Eduardo, o entrosamento na cidade, que permite o estabelecimento de relações solidárias, também se revelou importante. Ao narrar seu retorno à Bahia, nos anos oitenta, dá provas disso, ao interpretá-lo como um estrondoso fracasso: chegando na cidade de Salvador “[...] quebrei a cara, aquele cunhimento meu já tinha acabado tudo”. Se viu como um estranho em sua própria terra e decidiu voltar para Itumbiara onde tinha conhecidos, amigos e um padrinho de casamento que o ajudou a se reorganizar.

O caminhoneiro Marcão, expressou com muita clareza o quanto a rede de relações de um carregador precisa ser ampla e até mesmo complexa: eles precisam, muitas vezes, conhecer hábitos, procedimentos e inclusive humores de cada freguês. Isso se torna uma necessidade, principalmente no caso de carregadores especializados em ajudar caminhoneiros de empresas a fazerem entregas. Nisso repousa grande parte da eficiência que garante a um carregador a preferência dos caminhoneiros para ajudá-los:

[...] ele já sabe, já cunhece os fregueis, me fala ‘tal fregueis num recebi dia de sábado, intão vamo fazê ali hoje’ por exemplo, hoje é sexta vamo fazê cedo, faiz os fregueis tudo que não recebe, quando dá pra fazê, aí dexa só o mais cunhido, mais tranquilo pra fazê no sábado ou depois do horário [...] aí ele que te dá essas dicas? Aí ele já me dá uma dica, fala ‘oh, tal mercado num recebe, vamo fazê o outro, o intão vamo fazê ele, que ele num recebe de tarde, vamo fazê ele agora’ quando é um mercado muito grande tem que chegá mais cedo, porque dá muita intrega, muitos caminhão, intão a gente tem que chegá pra fica mais o meno numa fila, isperano pra podê descarregá, aí depois fazê as otras menor, intão o chapa já cunhece [...]

É no dia-a-dia do trabalho que tais redes de “conhecimento” vão sendo tecidas pelos carregadores. Os entrevistados nos explicam que os locais a partir de onde se aglomeram para pleitear trabalho trazem algumas influências no modo de organizarem seu cotidiano de trabalho. As diferenças mais significativas se encontram no campo relativo à maneira como cada trabalhador tem acesso ao trabalho. Nos Pontos/Pedras de rua as estratégias de designação de quem vai ocupar as vagas que lhes são apresentadas podem variar bastante de um para outro. Dependendo do Ponto/Pedra, com exceção dos fregueses “conhecidos” de cada carregador, todas as outras oportunidades podem ser pleiteadas por todo o grupo de acordo com regras que lhes pareçam facilitar o acesso de todos ao trabalho. Segundo os entrevistados relataram, a partir de suas experiências, os Pontos podem funcionar segundo regras “tipo por vez” ou “quem correr mais”. No Sindicato e Cooperativas a designação tanto pode ser por rodízio numérico, quanto por designação fixa.

O Ponto freqüentado por Cláudio e seu grupo, localizado no Posto de combustíveis “Amigão” funciona, segundo ele, “tipo por vez” que consiste em se respeitar uma certa regularidade de oportunidades, onde o carregador ou equipe que consegue a primeira chance de trabalho, ao retornar para o Ponto, se coloca no fim da fila. A próxima carga é direito da pessoa ou equipe que ainda não trabalhou e assim sucessivamente. Neste sistema, pode haver algumas rupturas quando o cliente é conhecido de alguém do grupo e faz questão de ser atendido por seu conhecido. Desta maneira, os fregueses fixos ou “conhecidos” não são disputados; cada um mantém os seus.

Noutros Pontos, como o freqüentado por Seu Antônio, localizado no Posto de combustíveis “Chuá”, as abordagens de caminhões que trafegam pela rodovia, não constituem o mecanismo principal de obtenção de trabalho, uma vez que sua localização não favorece muito este tipo de prática. O método de trabalho é calçado, fundamentalmente, em serem procurados no Ponto/Pedra para realizarem as tarefas. Sendo assim, o principal elemento dessa organização são os contatos com uma série de pessoas ou empresas

da cidade que possam demandar seus trabalhos, através da formação de uma freguesia fixa. Grupos que se organizam em Pontos como o do Posto Chuá, geralmente se dividem em equipes especializadas em movimentar alguns tipos de mercadorias, como mudanças, caixaria, sacaria etc. [...] Este é o critério para definir quem vai atuar em oportunidades de trabalho que não sejam oferecidas por “conhecidos”.

Segundo Seu Antônio, no Ponto do “Chuá”, atuavam em grupos de quatro. Cada grupo especializado em um tipo de carga, alguns trabalhavam quase exclusivamente com mudanças, outros com sacaria, outros com caixaria. Neste sistema de organização, tanto os representantes das empresas podem se deslocar até o posto ou ligar para recrutá-los, quanto os próprios trabalhadores podem procurar ou ligar diariamente para as empresas no sentido de se informarem se estariam precisando de seus serviços.

Talvez com o objetivo de me explicar o quanto era bem relacionado e fazer com que eu entendesse efetivamente como se dera a constituição de sua freguesia, Seu Antônio despendeu um tempo razoável da entrevista a mostrar-me uma folha, dobrada de modo muito especial a qual denominou agenda, uma quantidade razoável de números de telefones de empresas para as quais prestava serviços. Pude notar, pelo tempo que levou neste procedimento a importância, para Seu Antônio, de possuir uma agenda para realizar seus apontamentos. Elementos como o fato de alguns deles possuírem uma agenda, ainda que diferente das nossas e adequada para ser acomodada no bolso, traz indícios da organização e racionalidade empreendidas por eles em seu trabalho com o fito facilitar o controle dos clientes. A agenda de Seu Antônio, o poupa de ter que saber de cor a lista razoável de telefones de seus fregueses ou no mínimo significa um modo de demonstrar publicamente que é um profissional sério e organizado. A atitude de Seu Antônio ao mostrar-me sua agenda e dedicar longo tempo explicando-me quem eram seus fregueses, que tipo de relação e graus de intimidade possuía com cada um revelou-me além do grau de organização de seu trabalho, a seriedade com que o realiza e o grau de investi-

mento que empreendeu na construção de seus relacionamentos e da importância que atribuía a todo este processo que em última instância, fazia dele um carregador, reconhecido, respeitado e requisitado. Mostrar-me o quanto era bem relacionado foi também um modo de demonstrar orgulho do seu trabalho e identificação com ele.

No sistema adotado pelos ocupantes do Ponto do Posto Chuá, cada grupo cuida de seus fregueses e realiza todas as demandas que aparecerem em sua especialidade. Segundo Seu Antônio, este esquema podia ser rompido por ações de solidariedade entre carregadores no Ponto. Isso acontece por exemplo, ao não aparecer nenhuma oportunidade de trabalho, com mudanças, mas várias oportunidades para o grupo que trabalha com caixas, estes podiam ceder uma de suas oportunidades para ajudar aos colegas:

Ês tem as dêns nós tem a nossa [freguesia]. Agora se de tudo, se vê que todo mundo tá numa situação, tá sobrano caminhão, fala: 'oh fulano, vem cá, cumé que tá a semana aí'. Cê procura conversá [...] 'cumé que tá a freguesia?'. 'Essa semana num vai tê nada pra nós não.' 'então cê vai numa caixa, então tem aquela caixa lá, eu vô na ota, pra nós ficá meia a meia'. Então cada um sai ganhano o meno um realzin, mais todo mundo sai ganhano.

Outros Pontos não possuem critérios fixos. Nestes, consegue trabalho aquele que "corrê mais", como é o caso do Ponto freqüentado por Seu Eduardo, localizado na esquina da rua Vasconcelos Costa com a Praça Sérgio Pacheco. Em Pontos como esse, os carregadores também têm fregueses, mas o maior volume de trabalho é conseguido através da abordagem de clientes que estacionem no Ponto com intenção de demandar carregadores. Seu Eduardo conta casos divertidos que acontecem com pessoas que não conhecem a cidade, ou não sabem da existência do Ponto e ao estacionarem próximo dali, ficam assustadas quando todos correm até ela afim de saber se é oferta de carga. Quem não conhece, quando "[...] vê aquele mundo de home em volta, arranca o carro e sai amarelinho achando que é ladrão."

No caso de Pontos às margens das rodovias, em postos de combustíveis com grande volume de circulação de veículos de carga, a abordagem pode se dar de várias maneiras. Logo de madrugada por volta de cinco horas da manhã, segundo Seu Delfim, em Pontos como os dos postos de combustíveis da “Matinha”, do “Planalto”, os chapas já começam a chegar e a abordar os caminhoneiros que ali pernoitaram:

Chega no Posto, por inxemplo, vamo arrumá um aqui qui nós fazia, Posto Planalto, cê chega lá [...] o caminhonêro tá lá? Tá. Cê chega lá e (toc, toc, toc) aí ele tá lá durmino?! É, aí cê bate na [...] na cabine [...] acorda ele: e aí pracêro ocê num tem... a sua carga é pra onde? Espera aí, agora mesmo. Aí dá tempo dele trocá de rôpa, levanta, vai, iscova os dente. Qui preço a sua firma qué? Cê tá carregado de quê? Tal. Aí, num interessa a mercaduria, não, num tem probema, vamo combiná o preço. Aí, já cumbina ali, já arruma os papel [...] tira a nota, cê cunhece essa firma assim, assim? Cunheço. Então cê arruma mais três companhêro, são quato, entra com caminhonêro e vai pra porta da firma e lá cê [...] intrega a nota, ele incosta o caminhão no lugá certo de descarregá e nós mete o bambú a descarregá.

A narrativa de Seu Delfim, parece-me muito especial, pela forma. O estilo narrativo pautado em uma perspectiva de recriação de uma situação, faz com que o que ele diz ganhe uma perspectiva de detalhamento, uma capacidade expressiva muito significativa do que sejam as estratégias de abordagem utilizadas, os argumentos, os procedimentos, que enfim, se constituem nas relações de trabalho destes homens. Durante o dia, ou todo o tempo, em Pontos cuja clientela é abordada todos os dias, como os que se localizam nas margens da estradas, Seu Delfim disse que é assim que estabelecem relação de trabalho: “[...] fica um de mutuca, caminhão vem, dá com a mão, ele pára: aí, pra onde é sua carga e tal? Espera aí, ô fulano, vem cá você, você e você, chama mais três ali e os ôtos fica lá, e aí por diante.”

A narrativa de Seu Delfim sobre a abordagem dos caminhoneiros, que pernoitaram no Posto ou que transitam por ali, e da negociação do trabalho através de um rápido diálogo, mostra que mesmo em situações onde não haja relações prévias entre os contratantes, é preciso existir uma ética de confiança na palavra, pela própria fragilidade do contrato e pela rapidez com que tudo acontece. Isto pode ocorrer também em relação a empresas. Isso faz com que uma relação de trabalho entre desconhecidos, tendo como base apenas o pressuposto de que “foi combinado”, tenha força suficiente para que nenhuma das partes sequer pense em romper o contrato.

Seu Delfim, realça também em sua narrativa que a conquista de uma oportunidade de trabalho pode se dar de forma bastante tumultuada havendo intensas disputas entre os homens nos Pontos:

Que as vezê cê, a gente tá trabalhano num [...] vamo supô, igual eu trabaiei aqui no Posto Planalto, ali cê pode passá cê vê aquela negaiada subino cum muchila, aqueles home tudo com aquelas rôpa, tudo aquilo ali é chapa particular, caminhonêro já sabe, já incosta ali, e ali freve! Se ocê num brechá um pôquinho, é um pirigoso até cê matá um ali, tapa, passa por cima dos ôtos, [...] tudo isso pa pegá carga, pegá o sirviço. [...] É, aí, se [...] se entra um caminhão, por lá por tráis, do posto, né!? Entra ôtro aqui pela frente. Cê chega lá pegô e vem, Baiano, vamo ali qui tem uma carga ali, aí, eu já largo aquele e [...] já vô trabaiaí p'uma turma já qui [...] Agora se fô eu qui peguei, eu falo: vem cá você e você, vamo cumigo. Então dá um disputa danada? Não, não, dá briga, dá briga, dá briga. Dá briga e é dimais, então, é igual eu tô falano pr'ocê, o cara tem qui tê muita cabeça porque geralmente, é uma a maior parte anda armado, é difícil num tê um daquele qui num tem uma pexêra, um revorvinho, anda armado! O cara tem qui tê muita cabeça, igual ali na [...] na Casa Uberlândia, aquilo ali é um dos Ponto mais falado qui tem aqui dento de Uberlândia. A Casa Uberlândia e o Posto da Matinha lá da saída, que tem chapa qui vai, sai ali no Posto, eles vão lá po lado do Ceasa, já pega o caminhão lá, e vem. É, aqui na saída de Araguari, tem um ponto qui já tá perto daquele posto, lá embaxo! Exatamente, que tem muitos qui tá

isperano aqui, quando dá sinal o ôto já pegô lá na frente e pronto! Então, quanto mais eles vão lá po meio da estrada pa cercá o caminhão lá e [...]? Pega primêro, pega primêro, tem qui ficá ali.

Conseguir trabalho principalmente em Pontos onde atuam várias equipes, como os localizados em postos como “Matinha” e “Planalto” e outros localizados às margens das rodovias, pode demandar coragem e bastante equilíbrio para evitar que disputas levem a desentendimentos uma vez que muitos andam armados. Uma estratégia utilizada pode ser a de fundar Pontos/Pedras localizados cada vez mais adiante nas rodovias para abordarem primeiro aos caminhoneiros e conseguir trabalho.

Compreender o modo como os carregadores entrevistados narram a importância, a composição, as regras de funcionamento de uma “Pedra de rua” nos ajuda a refletir sobre as complexidades da dinâmica social. Especialmente na dimensão de como os diversos sujeitos ocupam as cidades, disputam seus espaços e fazem delas seus territórios. Ajuda-nos a compreender que a simples classificação de uma atividade como pertencendo ao setor informal de trabalho e realizada por mão-de-obra desqualificada, não nos ajuda a compreender as lutas dos trabalhadores e a nos solidarizarmos com eles ao contrário, fazem tábua rasa de suas experiências e saberes além de ocultarem o preconceito histórico neste país, contra aqueles que realizam qualquer atividade que não o trabalho intelectual.

Notas

* Mestre e Doutora pela PUC/SP, professora no Curso de História do Campus Avançado da Universidade Federal de Goiás em Catalão (GO). Realiza pesquisas na área de Cultura e Trabalho/Cultura e Cidade.

¹ Delfim, entrevistado em 1998, bahiano, atuou por mais de 40 anos como carregador, atuou a partir de diversas formas de organização mais preferia as “pedras de rua”, aposentado à época da entrevista.

² Cláudio, entrevistado em 2001, natural de Campinas (SP), 27 anos e já atuava a mais de 10 anos como carregador quando entrevistado, sempre atuou a partir de Ponto/Pedra de rua.

³ “Pegar beirão” é uma prática comum entre adolescentes das classes populares e consiste em montado em uma bicicleta, segurar-se no para choques de caminhões e ônibus e se

deslocar na velocidade destes. É uma atividade bastante arriscada pois qualquer movimento inesperado do veículo pode atirar um jovem ciclista sob as rodas. Esta prática é comumente responsável por mortes de adolescentes na cidade.

⁴ Antônio, mineiro, 55 anos, entrevistado em 1998, atuou mais de 20 anos como carregador, a partir de Ponto/Pedra de rua.

⁵ Eduardo, bahiano, entrevistado em 2000, 50 anos, já atuava a quase 30 anos como carregador, já foi estivador, teve experiência com Sindicato, mas sempre preferiu trabalhar na rua.

Referências

CARMO, Luís Carlos. **Função de preto**. 2000. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significados nas memórias e nas fontes orais. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra a ordem**: resistências e práticas negras de territorialização no espaço de exclusão social – Salvador (BA) (1850-1888). 2001. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

ROLNIK, Raquel. História Urbana: História na cidade? In: FERNANDES, Ana et al. (Orgs.). **Cidade e História**: modernização das cidades brasileiras nos secs. XIX e XX. 1992. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, ANPUR, 1992.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre Cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Abstract

This article aims at explaining how loaders of goods in the city of Uberlândia, MG, Brazil, organize themselves to demand work by means of “Pontos/Pedras de rua”. The article reflects on how loaders occupy spaces in the city and transform these spaces as their territory. It also dialogs with some simplistic explanations of the loading and discharge of goods as informal work made by disqualified hand workers.

Keywords: city, work, loaders of goods, “Pontos/Pedras de rua”.